





AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: privilegiando direitos e minimizando a vulnerabilidade social

*THE DIMENSIONS OF INFORMATION LITERACY: privileging rights and
reducing the social vulnerability*

Tânia Regina de Brito¹

 0000-0003-4664-8446

Elizete Vieira Vitorino²

 0000-0003-2462-6553

RESUMO

O artigo propõe reflexões sobre a competência em informação e suas dimensões, apresentando uma aproximação e conexão possível com os estudos acerca da vulnerabilidade social, buscando compreender a multidimensionalidade de ambas. Traz como possibilidade, privilegiar direitos e minimizar a vulnerabilidade social pela via das dimensões da competência em informação e da educação para a informação. Refere-se ao recorte da fundamentação conceitual de uma pesquisa de mestrado, construída a partir de um estudo bibliográfico, utilizando-se o Portal de Periódicos da CAPES e da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). Os critérios de seleção estabelecidos foram: artigos que abordassem o conceito de competência em informação, a sua evolução, características, dimensões da competência em informação, relação entre competência em informação e mediação da informação, competência em informação enquanto mediadora da democratização da informação e da minimização da vulnerabilidade social. Apresenta um resumo das características da vulnerabilidade social nas dimensões técnica, estética, ética e política. Considera, por fim, que o desenvolvimento da competência em informação apresenta potencial de minimizar vulnerabilidades múltiplas, em especial, a vulnerabilidade em informação. Amplia-se, desta forma, as possibilidades sociais, profissionais e de crescimento das pessoas vulneráveis.

Palavras-Chave: Competência em informação. Dimensões da competência em informação. Vulnerabilidade social. Aprendizado ao longo da vida.

Artigo submetido em 14/01/2020 e aceito para publicação em 13/03/2021.

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8695410777176613>. E-mail: taniacgms@gmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal. Doutora em Engenharia de Produção (2004) na área de Mídia e Conhecimento e Educação a Distância (EaD). <http://lattes.cnpq.br/7540571280471559>. E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br.

ABSTRACT

This article proposes reflections about the information literacy and its dimensions, presenting an approach and connection with the studies about social vulnerability, trying to understand the multidimensionality of both. It brings, as a possibility, to privilege rights and to reduce the social vulnerability using the dimensions of information literacy and information education. It refers to a theoretical foundation part of a master research, constructed from a bibliographic study, using CAPES journal and data from Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). The selection standards established were: articles about the information literacy concept, its progress, aspects, dimensions of information literacy, relation between information literacy and mediation information and information literacy as a mediator of the democratization of information and reduction of social vulnerability. It presents a summary of the aspects of social vulnerability in the technical, aesthetic, ethical and political dimensions. It considers that the development of information literacy presents potential to reduce multiple vulnerabilities, in special, the information one. It extends, in this way, the social and professional possibilities for vulnerable people.

Keywords: *Information literacy. Dimensions of information literacy. Social vulnerability. Learning throughout life.*

1 INTRODUÇÃO

Compreender a competência em informação sob a perspectiva de suas múltiplas dimensões, atende de maneira simultânea, as diversas declarações e manifestos em prol do desenvolvimento da competência em informação, publicados por entidades, organismos de classe e instituições, e também a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que, por meio de seus objetivos e de suas metas específicas, reconhece o acesso à informação como um dos alicerces de desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, compreender a multidimensionalidade da vulnerabilidade social – um dos riscos mais prejudiciais ao desenvolvimento humano e social - pode ser uma das aproximações possíveis destas duas temáticas. Este é objetivo que nos propomos alcançar neste trabalho: privilegiar direitos e minimizar a vulnerabilidade social pela via das dimensões da competência em informação e da educação para a informação.

Nesta visão, a competência em informação, como um processo que envolve “[...] atividades que objetivam desenvolver o senso crítico das pessoas em relação ao uso da informação” (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JUNIOR, 2014, p. 67), tem sido recomendada, ao longo de sua história, por uma série de documentos, constatando-se, o viés à valorização de direitos e o combate às

vulnerabilidades sociais identificadas em decorrência de lacunas no acesso e uso da informação.

Há, em âmbito internacional e local, diversos documentos que assinalam o potencial transformador e de minimizar desigualdades possibilitado pelo desenvolvimento da competência em informação. Menciona-se algumas destas iniciativas, tais como a Declaração de Alexandria que compreende a competência em informação no cerne do aprendizado ao longo da vida, bem como um direito humano básico, e também, promotora da inclusão social em todas as nações (HIGH-LEVEL, 2006). A Declaração de Lima (UNESCO, 2009), recomenda, por sua vez, o desenvolvimento de programas de Competência em informação e capacitação de profissionais, e, o Manifesto de Moscou (IFLA; UNESCO, 2012), considera necessárias, neste plano, as habilidades de aprendizagem, a forma crítica de pensar e de interpretar nos âmbitos profissional, educacional e social, abordando todos os tipos e formatos de mídia.

A declaração de Lyon (IFLA, 2014) é outro exemplo em que considera-se o acesso equitativo à informação, como parte do desenvolvimento sustentável a partir de uma estrutura baseada em direitos humanos. O documento reconhece bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação, como intermediários da informação, com a capacidade de contribuir com o desenvolvimento, através da oferta de treinamentos para o desenvolvimento de habilidades que ajudem as pessoas a acessar e a compreender as informações e os serviços mais úteis para elas (IFLA, 2014).

Em âmbito local, e no Brasil, o Manifesto de Florianópolis (2013, não paginado), construído no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB) do mesmo ano, e sob a chancela da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), aponta a urgência do Brasil em reavaliar suas políticas públicas voltadas às Populações Vulneráveis/Minorias, considerando-as em condições de desigualdade e desvantagem “[...] em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social.” O mesmo documento, orienta que a competência em informação deva ser compreendida como um direito fundamental, e conclama os profissionais para a “Sensibilização e conscientização (local e pública) [...] para a importância

da Competência em Informação”. A Carta de Marília (2014) reforça a competência em informação como uma área estratégica para o desenvolvimento social e humano, bem como fundamental para a melhoria da qualidade das organizações, tendo em vista que o acesso à informação favorece a construção do conhecimento. A referida Carta prevê a participação e ações planejadas de governos, instituições e sociedade civil para o período de 2016 a 2030, em prol da realização de eventos sobre a temática e o fortalecimento de políticas públicas nacionais que, de fato, desenvolvam programas e projetos na área.

Na Agenda 2030 da ONU há uma proximidade com os estudos e valorização da competência em informação, quando esta estabelece que “[...] aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade.” (ONU, 2015, p. 9). Além disso, segundo a IFLA (2015), as bibliotecas são instituições fundamentais para o alcance dos objetivos da Agenda 2030. Na mesma direção, a IFLA recomenda aos formuladores de políticas públicas que incluam as bibliotecas em seus planos nacionais, que os governos estabeleçam parcerias com as bibliotecas no combate e na luta contra a pobreza, o desenvolvimento econômico e o ensino para todas as pessoas. O mesmo documento sugere ainda que os bibliotecários possam ser colaboradores, informando sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tanto para os tomadores de decisões como para a comunidade local.

Além das iniciativas já mencionadas, alguns documentos, como o relatório veiculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007) assinala que o acesso à informação de forma desigual coopera para que as pessoas tenham oportunidades diferenciadas, normalmente de maneira desigual e insuficiente, a uma conjuntura social favorável. O referido relatório menciona que há desigualdade em relação às condições de acesso à informação e que este é um dos aspectos que contribui para que uma parcela muito elevada de pessoas sejam portadoras de ativos físicos, pessoais e sociais insuficientes para garantir que possam aproveitar as oportunidades geradas pelo mercado, pelo Estado ou pela sociedade. (DIEESE, 2007, p. 24).

Nos dias atuais, o acesso às tecnologias digitais e aparatos que lhe dão sustentação, não são a única forma, mas são imprescindíveis, para um acesso mais justo à educação ou a possíveis programas de desenvolvimento da competência em informação. Leva-se em conta, afirmação de Couto, Oliveira e Anjos (2011, p. 145) de que existe uma concentração cada vez maior de “[...] informações, conhecimentos e produtos culturais [...] no espaço virtual. Essas constantes mudanças estimulam certas mutações de hábitos cotidianos e escolares.” No entanto, a competência em informação tem trânsito dentro de qualquer espaço informacional, seja dentro ou além do mundo virtual. Porque na essência, a competência está ligada ao processo de aprendizagem e que de acordo com Pereira (2015, p. 6), “[...] apresenta-se como mais uma das ‘ferramentas’ que, de forma inclusiva, poderá contribuir [...] para a formação dos indivíduos [...] capacitando-os a perceber, acessar e usar de forma efetiva [...] a informação.”

Carmo (2017) entende que a formação do pensamento crítico dos sujeitos, constitui-se um dos desafios em competência em informação. Se a grupos vulneráveis fosse oportunizada a aproximação e o acesso a uma educação voltada para a informação, características ou circunstâncias que determinam a condição de vulnerabilidade de um grupo específico, poderiam ser modificadas ou influenciadas, na tentativa de melhorar o ambiente ou as condições físicas, ambientais, sociais, econômicas, laborais em que vivem esses grupos. Assim, compreendê-la por meio de suas dimensões pode ajudar a minimizá-la, tendo em vista que múltiplas dimensões da vulnerabilidade social, perpassam o campo da outra, e quanto mais vulnerável, mais frágil em determinadas áreas ou aspectos, o indivíduo pode se encontrar.

Num contexto de direitos manifestados por documentos e programas, tais como os mencionados, contrapondo-se a uma perspectiva de vulnerabilidade social, que por sua vez, subtrai os direitos pretendidos, este artigo aborda a competência em informação sob a ótica de suas dimensões, com ênfase nas consideradas por Vitorino e Piantola (2011): técnica, estética, ética e política.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo traz um recorte da fundamentação conceitual de uma pesquisa de mestrado, cuja pesquisa bibliográfica foi realizada entre os meses de dezembro de 2017 e março de 2018, com o objetivo de identificar estudos acerca da competência em informação, e de suas dimensões, caracterizando-a como mediadora da democratização da informação e da minimização da vulnerabilidade social. No estudo, os procedimentos estabelecidos para a busca e seleção de fontes foram os seguintes:

- a) o Portal da CAPES foi escolhido pois recupera os artigos publicados nas bases internacionais escolhidas: Library and Information Science Abstracts – LISA (ProQuest), Library, Information Science & Technology Abstracts with full text (EBSCO), Information Science & Technology Abstracts – ISTA (EBSCO), Web of Science e Scopus;
- b) em relação às bases nacionais, foi escolhida a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) que recupera dados de 57 revistas científicas brasileiras, assim como do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); além disso, a busca também deu-se nos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD);
- c) foram considerados estudos finalizados ou em andamento, publicados em periódicos;
- d) as palavras-chave consideradas foram competência em informação e *information literacy*; a elas, foram associados termos relacionados com a pesquisa, em português (competência informacional, alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, alfabetização em informação (ALFIN), dimensões da competência em informação, vulnerabilidade social, aprendizagem ao longo da vida, mediação da informação), inglês (*information mediation, social vulnerability, dimensions of information literacy*) e em espanhol (*vulnerabilidad social, dimensiones de la competencia en información, alfabetización informacional, mediación, alfabetización en información, aprendizaje a lo largo de la vida*).

e) os estudos selecionados contemplam o conceito de competência em informação, a sua evolução, características, dimensões da competência em informação, relação entre competência em informação e mediação da informação, competência em informação enquanto mediadora da democratização da informação e da minimização da vulnerabilidade social. Também foram considerados estudos que apontam evidências e respostas para o objetivo definido como o norte da pesquisa bibliográfica.

3 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: POR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO INCLUSIVA

A Ciência da Informação (CI), de acordo com Saracevic (1996), é considerada ao lado de outras disciplinas, uma participante ativa e intencional na evolução da Sociedade da Informação. Caracterizada por sua natureza interdisciplinar, e inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, a CI influenciou o modo como a informação é manipulada na sociedade, com forte dimensão social e humana, indo além, portanto, da tecnologia.

Para Capurro e Hjørland (2007) a tecnologia da informação e seus impactos é que caracterizam a sociedade em que atualmente vivemos, como uma sociedade da informação.

No Brasil, em dezembro de 1999, o Programa Sociedade da Informação (SocInfo) foi instituído por decreto presidencial, como parte do Plano Plurianual 2000-2003, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que no ano de 2000, publicou um documento intitulado “Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde”. De acordo com a referida publicação, sociedade da informação é um programa mundial que objetiva a integração, coordenação e fomento de ações para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, objetivando trazer contribuições para que a economia dos países apresentem condições de competir no mercado global. Tal programa conta com responsabilidades compartilhadas entre setores da sociedade que envolvem governo, iniciativa privada e sociedade civil (TAKAHASHI, 2000).

Segundo Takahashi (2000), cada país possui a sua rota e as suas prioridades na implantação e desenvolvimento do Programa Sociedade da Informação, já que todos os países, voluntária ou involuntariamente, caminham

rumo à sociedade da informação. No Brasil, para a constituição do programa, foram considerados temas como “Educação e aprendizado ao longo da vida: desenvolvendo competência”, “Oportunidades de trabalho para todos: mais e melhores empregos”, “Universalização do acesso: combatendo desigualdades e promovendo a cidadania”, “Valorização de conteúdos e identidade cultural”, “Pesquisa e desenvolvimento: o conhecimento é a riqueza das nações”, “Integração e cooperação latino-americana”, dentre outros. Um dos objetivos do programa é promover ações para que as tecnologias de informação e comunicação possam contribuir para a inclusão social dos indivíduos na sociedade.

Observa-se no entanto, em pesquisas preliminares, que o programa SocInfo evoluiu para outros projetos e programas. Cita-se o 8º Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, realizado em Brasília no ano de 2015. Neste evento, foram divulgadas as tratativas para a elaboração da quarta chamada coordenada de pesquisa avançada em TIC, que foi anunciada em fevereiro de 2017, com o apoio projetos de pesquisa em Internet das Coisas, computação em nuvem e 5G.

Segundo Campello (2003, p. 33): “A ‘sociedade da informação’ é o espaço mais abrangente por onde trafega o movimento da competência informacional”. Para a autora, esse tráfego é tão mutável e diferente que novas habilidades cognitivas de ordem superior são exigidas dos sujeitos, para que consigam sobreviver nesta Sociedade da Informação, tais como habilidade de solucionar problemas, de aprendizagem independente, de aprendizagem ao longo da vida, de aprender a aprender, habilidade em questionar, de desenvolver o pensamento lógico, etc.

Sobre o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas do sujeito nesta Sociedade da Informação, de acordo com Vitorino e Piantola (2009, p. 131), “[...] é consenso que [...] o uso consciente, criativo e benéfico da informação tornou-se essencial para a atuação do indivíduo no contexto social contemporâneo.” Ter a consciência e a compreensão da finalidade social da informação faz parte dessa nova configuração de sociedade, para tal, o sujeito deve saber a melhor forma de utilizá-la a fim de que gere conhecimento. A partir do momento em que esta consciência e compreensão são incentivadas, e de

fato praticadas, existe uma maior probabilidade de uma efetiva participação social, que é o sustentáculo para a democracia de um país.

A necessidade social que envolve questões relacionadas à informação encontra nos argumentos de Buckland (2012, p. 7, tradução nossa) o posicionamento de que “precisamos de pessoas bem informadas que saibam sobre o que estão fazendo. As principais necessidades sociais são tipicamente complexas.” Na Sociedade da Informação, questões como o acesso à informação fazem parte de uma cadeia extensa de elementos e variáveis que envolvem temáticas como a democracia, a inclusão ou exclusão social e digital, a cidadania, direitos humanos e outros. Esta Sociedade da Informação, apesar de oferecer mais oportunidades para a comunicação e o acesso à informação nas sociedades democráticas, por vezes não atende aos direitos humanos porque não oferece igualdade de acesso: uma sociedade que produz mais exclusão do que inclusão. A competência em informação, pode ser um mecanismo para reduzir esta desigualdade, já que as pessoas, ao desenvolverem esta competência, mantêm-se informadas, apresentam maior facilidade de acesso às informações, fazem o uso crítico das informações às quais tem acesso ou buscam diariamente, nas diversas esferas, e ao longo da sua vida.

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) corroboram a afirmação anterior quando levam em conta que os competentes em mídia e em informação alcançam a participação e o pertencimento, posto que dominam os dispositivos tecnológicos e informacionais em detrimento dos que tornam-se marginalizados na Sociedade da Informação, por não ter acesso a eles: “todos aqueles que não alcançam tais parâmetros serão marginalizados ou, ao menos, serão definidos como participantes menores (ou mesmo não participantes) da almejada Sociedade do Conhecimento.” (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 215).

Na Sociedade da Informação o papel de um estado democrático e pautado nos direitos humanos compreende o trabalho para erradicar ou minimizar os aspectos negativos da vida em sociedade que afetem os sujeitos, e isso exige acesso à informação e ao conhecimento. Sobre essa perspectiva, Silveira (2000) atribui ao Estado não só a responsabilidade em evitar que a nova era da informação agrave os desequilíbrios sociais já existentes, mas também que assegure o exercício da cidadania e a aplicação dos direitos humanos que

garantam a todos a isonomia “[...] em termos de oportunidades básicas de acesso aos recursos informacionais, resultando a diferenciação a partir da capacidade, do talento e dos esforços individuais.” (SILVEIRA, 2000, p. 79).

Embora o entendimento de direitos humanos e direitos fundamentais tenham uma proximidade, e são conceitos que têm ligação, existe uma diferença entre ambos, que ajuda a compreender a abrangência do que se requer no âmbito da Sociedade da Informação no que concerne ao acesso à informação, à educação ou, como requerem as declarações e manifestos anteriormente citados, o reconhecimento da competência em informação como um direito fundamental.

De acordo com Sarlet (2009), o conceito de direitos humanos, guarda relação com documentos do direito internacional, aspirando uma validade que abrange todos os povos e tempos. Os direitos fundamentais, por sua vez, são esses direitos positivados e reconhecidos por meio do direito constitucional de cada país. Para Casali (2009), apesar das diferenças entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, ambos guardam semelhanças, pois entende-se que a maioria dos direitos humanos acaba se transformando em direitos fundamentais.

A educação é um exemplo de direito humano e direito fundamental, reconhecida em constituições como a do Brasil, Chile e Argentina, dentre outros países da Ibero-América e do mundo. Outrossim, a educação formal está diretamente ligada à criação de oportunidades de acesso à informação. A ONU (2015), por exemplo, em seu documento que discorre sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, quando faz uma análise do mundo hoje, afirma que na geração passada, o acesso à educação aumentou e que a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global têm um grande potencial para acelerar o progresso humano, eliminando o fosso digital, bem como contribuindo para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento.

À medida que as tecnologias avançam, o direito avança no sentido de ampliar e resguardar direitos no que se refere às comunicações e às informações. Ambas fazem parte do terceiro grupo da quarta geração dos direitos fundamentais, de acordo com Gómez Sánchez (2004): 1º Direitos relativos à proteção dos ecossistemas e do patrimônio da humanidade; 2º

Direitos relativos ao novo estatuto legal sobre a vida humana; 3º Direitos derivados das tecnologias da comunicação e informação.

O terceiro grupo de direitos abrange direitos na rede; direitos de menores às novas tecnologias de informação e à comunicação; e, direitos à comunicação e à informação, que dentre outros itens, contempla, por exemplo, o direito de acesso à informação relevante para a humanidade, o direito à informação completa e verdadeira, e o direito à autodeterminação informacional. Entende-se que a competência em informação, ao ser desenvolvida nas pessoas, contribui para esses direitos e para uma sociedade inclusiva, minimizando assim, vulnerabilidades resultantes da falta de acesso e uso adequados da informação.

4 POR UMA EDUCAÇÃO QUE CONTEMPLE O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Ao abordar sobre uma sociedade educativa baseada na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos, Delors (2010) informa que essas são as três funções relevantes no processo educativo, em especial na Sociedade da Informação, em que multiplicam-se as possibilidades de acesso a dados e fatos. Sendo assim, segundo o autor: “[...] a educação deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele.” (DELORS, 2010, p. 14, tradução nossa). E para superar tal exigência premente na Sociedade da Informação, cada um deve impor-se ao “aprenda a aprender”. O autor também defende uma aprendizagem ao longo da vida fundamentada em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Nesse aspecto, Perucchi e Souza (2011) reflete sobre a importância das instituições de ensino em promover práticas educacionais voltadas para o desenvolvimento da competência em informação, capacitando desta forma indivíduos a lidar e a interagir com a demanda crescente de informação ofertada pela sociedade de informação. Já Le Coadic (2004), aponta a importância de um programa que promova o ‘informar-se e informar’, estando a garantia de ingresso dos alunos na Sociedade da Informação, a cargo de uma disciplina que permitisse barrar o analfabetismo informacional e iletrismo informacional. E continua, Le Coadic (2004, p.114):

É, portanto, inteiramente justificável ensinar informação no ensino médio, aos estudantes, de ensinar informação 'do maternal à universidade'. Se, para dominar a informação, é preciso saber se informar e saber informar, um programa de ensino levará, portanto, a aprender a se informar e aprender a informar, ou seja, aprender a pesquisar e a usar a informação e a construí-la e comunicá-la.

Assim, o “ensinar informação” é, para Belluzzo, Kobayashi e Feres (2004) pela via da educação, uma evidente transformação, tendo em vista que possui algumas características que influenciam e impactam a sociedade contemporânea, dentre elas o aprendizado ao longo da vida, como centro de uma recente filosofia de inovação e desenvolvimento e como demanda aos anseios específicos e particulares, bem como às necessidades sociais, trazendo a imprescindibilidade e emergência da formação permanente pelas pessoas. As autoras acrescentam: é preciso que as pessoas saibam “aprender a aprender”, o que é facilitado pela competência em informação, pois, pessoas competentes em informação, acessam e usam a informação, reconhecendo as suas necessidades informacionais, sabendo além de como e onde encontrá-las, avaliá-las e selecioná-las (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004).

4.1 Ser competente em informação: um caminho promissor

Para uma melhor compreensão do significado da competência em informação ou do “ser competente em informação”, voltamos em 1974 onde o termo *Information Literacy* (IL) aparece com registro na literatura, fruto de um relatório do bibliotecário americano Paul G. Zurkowski. Neste relatório preparado para a *National Commission on Libraries and Information Science*, Zurkowski (1974) descreve vários produtos e serviços oferecidos pela indústria da informação, faz uma comparação dos serviços que as bibliotecas oferecem, afirmando que a infraestrutura que subsidia a cena dos serviços de informação está sendo vigorosamente influenciada pela tecnologia, cujo desenvolvimento dava-se a todo vapor.

O relatório considera que a quantidade excessiva de informações, disponíveis, dificulta as pessoas de avaliá-las e assimilá-las. De acordo com o bibliotecário, as dificuldades identificadas constituem-se em condição universal por três razões. Primeiro, porque os procedimentos de busca por informação

pelos indivíduos são diferentes, em momentos distintos para propósitos diferenciados. Segundo, porque os múltiplos caminhos de acesso às fontes de informação em resposta às diversas necessidades de informação das pessoas são em geral pouco conhecidos e vastamente subutilizados. A terceira razão seria em virtude dos eventos e artefatos produzidos pelos seres humanos, serem tratados cada vez mais como equivalentes à informação, o que requer “retreinamento” de toda a população (ZURKOWSKI, 1974).

Embora a concepção de Zurkowski em relação a *Information Literacy* se desse em ambiente profissional, a ideia era de que esta noção fosse além da biblioteca, expandindo-se para outros ambientes, mas o mais importante era o uso da informação para a resolução de problemas. Para Zurkowski (1974), a competência em informação, ultrapassa a busca e recuperação da informação dos tradicionais serviços bibliotecários, constituindo-se em extensão ou evolução da educação de usuários de bibliotecas.

Em busca de novos caminhos, desde a década de 1970, a *Information Literacy* vem passando por várias concepções e avanços. Nos seus primórdios, abrangia sobre localização e uso da informação para a resolução de problemas e tomada de decisão. Era também entendida como um instrumento de emancipação política, e a informação considerada essencial à sociedade, e o domínio de técnicas e habilidades compreendidas como elementos essenciais à democracia e à constituição da cidadania (informação para a cidadania). (DUDZIAK, 2001). A década de 1980, por sua vez, foi marcada pelo aparecimento de novas diretrizes da *American Association of School Librarians (AASL)*, intituladas *Information Power: Guidelines for School Libraries Media Programs*, substitui o *Media Programs: District and School*, publicado em 1975 (AASL; AECT, 1988). O *Information Power* amplia o conceito do *Media Programs* de auxiliar profissionais locais na tomada de decisões, sugerindo orientações e recomendações para programas de mídia e recursos essenciais para uma educação de qualidade (AASL; AECT, 1975).

Na década de 1990, surgem programas educacionais voltados para a promoção da *Information Literacy*, sendo o conceito dado pela *American Library Association (ALA)*, amplamente aceito. Ainda neste período, destaca-se a busca por uma definição mais precisa para o termo. Assim, são realizados estudos que narram a história, a evolução e a representatividade assumida pela competência

em informação para o desenvolvimento e organização da sociedade, bem como são estabelecidas as habilidades desejadas para o indivíduo ser considerado competente em informação. A competência em informação é requerida no sentido de dar solução a problemas de captação e uso de informação. Na referida década, são criadas organizações com a finalidade de pesquisar, discutir e disseminar a *Information Literacy*. São também criados *sites*, financiadas publicações científicas, conferências e comitês de discussão acerca da temática (GALLOTTI, 2014). Num caminho evolutivo, e na década de 2000, nasce dos estudos de Bruce (2003), a concepção da competência em informação como um fenômeno, caracterizando-se pela relação de processos informacionais a partir das necessidades informacionais dos sujeitos, envolvendo diversas realidades, momentos ou objetivos. Em consequência dessa caminhada evolutiva, e de acordo com Dudziak (2008), a competência em informação está relacionada à cidadania e supera atividades de busca, de organização ou do uso de informações. Para a autora, competência em informação envolve o porquê desse uso e envolve concepções ideológicas, políticas e ambientais. Está estritamente ligada a uma condição de sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica.

Para Vitorino e Piantola (2011), os atributos inseridos nas conceituações da competência em informação constituem-se em dimensões, que juntas, complementam-se. As autoras referem-se às dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação. A dimensão técnica relaciona-se com habilidade e atitude e encontra-se no nível operacional: é o saber fazer. A dimensão estética relaciona-se com a presença da sensibilidade orientada a uma perspectiva da criação, da transformação, da mudança e da inovação. A dimensão ética está pautada no princípio da solidariedade e do respeito visando um bem coletivo e dos bons costumes, e a dimensão política relaciona-se a construção coletiva da sociedade e ao exercício dos direitos e deveres e na relação do homem com a sociedade.

4.2 Dimensões da competência em informação

Para Vitorino (2016) o direcionamento do olhar ou o foco das dimensões que se considera no educar para a informação, constitui-se parte dos aspectos ou elementos que devem ser levados em conta no desenvolvimento da competência em informação nas pessoas. A característica multidimensional da competência em informação é identificada por meio dos conceitos e entendimentos que vão lhe sendo dados ao longo dos tempos: por isto é necessário considerar essas dimensões para desenvolvê-la a contento.

Vitorino e Piantola (2011) fazem uma reflexão acerca das dimensões da competência em informação – técnica, estética, ética e política – sob a perspectiva do papel social que a competência em informação apresenta não só no contexto individual, mas sobretudo coletivo na vida das pessoas. A informação, segundo as autoras, representa “[...] em sua essência, condição de permanência e instrumento de mudança [...] o acesso [...] componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 101). O quadro 1 apresenta um resumo com as características de cada uma das dimensões consideradas pelas autoras:

Quadro 1 - Resumo das características das dimensões da competência em informação

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação no contexto da informação Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos. Ligada à ideia de que o indivíduo competente em informação é aquele capaz de acessar com sucesso e dominar as novas tecnologias	Criatividade sensível. Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação. Experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo.	Uso responsável da informação. Visa à realização do bem comum. Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo.	Exercício da cidadania. Participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social. Capacidade de ver além da superfície do discurso. Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico.

Fonte: Vitorino e Piantola (2011, p. 109).

Alguns aspectos se apresentam evidenciados neste caminho proposto. Para Elmborg (2006) – que usa a teoria crítica da alfabetização para definir a competência em informação – pode-se entendê-la sob a ótica de uma dimensão crítica - ou, dimensão ética, segundo Vitorino e Piantola (2011). Nesta concepção, o papel educador do bibliotecário está centrado na tarefa do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes, devendo se concentrar menos na transferência de informações.

Quanto à dimensão política, Belluzzo, Rosetto e Feres (2016) argumentam em favor de que, especialmente, as bibliotecas universitárias, desenvolvam ações estratégicas integrando as dimensões – social, econômica e ambiental – inserindo a Competência em Informação como uma ação transversal a todas as outras ações. Indicam também que a competência em informação seja parte integrante e permanente da capacitação “[...] dos formadores de uma comunidade de aprendizagem (professores de diferentes disciplinas, bibliotecários, informáticos, entre outros), e alunos.” (BELLUZZO; ROSETTO; FERES, 2016, p. 6).

Num olhar para dimensões múltiplas, e em especial para a dimensão técnica, Sterngold e Hurlbert (1998), a partir de estudos ligados à área de estratégia de marketing, fazem considerações acerca de três dimensões da competência em informação: técnica, reflexiva e profissional. A dimensão técnica envolve conhecimento prático das fontes de informação, uso da tecnologia e capacidade de transformar a informação em conhecimento para a resolução de problemas e obtenção ou ampliação de novos conhecimentos. É a dimensão que mais se encontra, por exemplo, em programas de instrução de bibliotecas, estando envolta com o domínio de habilidades técnicas. A dimensão reflexiva está relacionada com a capacidade de avaliação crítica em relação às fontes ou conteúdos das informações, para uma posterior tomada de decisões sobre o uso ou não das informações, baseadas nessas avaliações críticas. Já em relação às dimensões profissionais envolve a compreensão e uso de conceitos e linguagens especializadas, implicando no entendimento, em grau considerável, do discurso especializado sobre ou dentro de uma profissão, a chamada expertise profissional (STERNGOLD; HURLBERT, 1998).

Para além das dimensões apresentadas por Vitorino e Piantola (2011), e, na visão de Ferrés e Psicitelli (2015), a educação para a competência em

informação e uso de mídias, deve ser desenvolvida sob a concepção do domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes que abarquem seis dimensões básicas: linguagem, tecnologia, processos de interação, processos de produção e difusão, ideologia e valores e dimensão estética. Essa educação deve visar a cultura participativa, promovendo a combinação do espírito crítico e estético com a aptidão para expressar-se, o exercício da autonomia pessoal, passando pelo compromisso social e cultural. Cada dimensão é expressa a partir de dois âmbitos: âmbito de análise ou do recebimento e interação com as mensagens; e ainda o âmbito de expressão, envolvendo a produção das mensagens.

Para Bruce, Hughes e Somerville (2012), apesar da competência em informação poder ser entendida como um processo que contempla uma ampla gama do uso da informação, com frequência vê-se associada a habilidades de informação que contemplam ou representam apenas um dos aspectos do uso. Com vistas a contribuir para essa ampliação de visão, as autoras propõem o conceito de *informed learning*, “[...] tipo de aprendizagem possibilitada pela capacidade evolutiva e transferível de usar a informação para aprender [...]” (BRUCE; HUGHES; SOMERVILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). O apoio a esta ideia requer, além do uso da informação no processo de aprendizagem, esforços em comum por parte dos educadores, gerentes, formuladores de políticas, enfim diversos atores envolvidos no processo.

Portanto, e com um olhar atento para o processo educativo e para os direitos humanos, nos tópicos seguintes apresenta-se uma temática ainda pouco estudada em associação com a competência em informação: a vulnerabilidade social - tanto no sentido de sua multidimensionalidade quanto na perspectiva da possibilidade de seus efeitos serem minimizados pela via da educação para a informação, como já acentuava Le Coadic (2004).

5 VULNERABILIDADE SOCIAL E MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Originário do termo latim *vulnerare*, que tem como um de seus sentidos o de “ferir”, vulnerável, segundo Janczura (2012, p. 302), “[...] é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse.”. De acordo com Ayres et al. (1999), o conceito de vulnerabilidade originou-se nas discussões sobre direitos humanos, em

questões ligadas à defesa dos direitos de cidadania e, em seguida, passou a ser associado à saúde pública em aspectos envolvendo a AIDS, tendo como referência o livro *Aids in the world*, de autoria de Mann et al. em 1993.

Para Hofer (1999), a vulnerabilidade está vinculada à condição de pobreza, mas não apresenta o mesmo sentido desta. As mudanças recorrentes nas condições socioeconômicas é que levam ao aumento da vulnerabilidade, ao passo que a pobreza diz respeito às condições econômicas vigentes. Ou seja, a vulnerabilidade expõe a riscos, devido às mudanças constantes, o que gera condições de impotência e insegurança, fazendo crescer a incerteza em relação ao futuro, em especial no meio de pessoas menos favorecidas.

Numa perspectiva de avanço à compreensão do tema, Kaztman e Filgueira (2006) explicam que o conceito conferido à vulnerabilidade é apoiado e articulado com outros conceitos, pois consideram além da pobreza, a exclusão social às situações que surgem quando os recursos são insuficientes para aproveitar as estruturas de oportunidades de acesso ao bem-estar. Cutter, Mitchell e Scott (2000) também consideram que fatores amplos, como a falta de acesso a recursos, incluindo informação e conhecimento e acesso limitado ao poder político e representação, podem influenciar causas fundamentais da vulnerabilidade social.

Para Aragão (2011), existe uma proximidade entre alguns riscos e algumas populações vulneráveis sendo elas mesmas as mais afetadas pelos riscos, já que não possuem meios para a superação dos efeitos de um acidente ou meios para a recuperação do equilíbrio de vida que perdeu-se frente às catástrofes sofridas: “[...] não têm seguros, não têm poupanças, não têm segundas habitações, não têm conhecimentos que lhes permitam recorrer a sistemas de solidariedade social [...]”. (ARAGÃO, 2011, p, 11). O autor propõe que medidas protetivas face aos riscos deixem de se concentrar exclusivamente na origem do risco e levem em conta a necessidade de conhecimento e avaliação das vulnerabilidades sociais, evoluindo assim para um paradigma de proteção civil mais realista e socialmente comprometida. Tal paradigma capacitaria os cidadãos para a autoproteção, o que acabaria por desenvolver uma consciência cívica. Também ampliaria o conhecimento das capacidades (individuais e coletivas) de autoproteção e a resiliência de indivíduos ou grupos,

não limitando-se ao conhecimento das necessidades individuais de proteção. (ARAGÃO, 2011).

Um aspecto recorrente nas leituras sobre vulnerabilidade refere-se à vinculação desta com a informação para a tomada de decisão, já que a temática envolve questões de previsão de risco, dano, perigo. Conforme Thywissen (2006), informações sobre a probabilidade de ocorrências são fundamentais para decisões na gestão de desastres. Ainda de acordo com a autora: “[...] a vulnerabilidade tem muitas dimensões – física (ambiente construído), social, econômico, ambiental, institucional e humano – e muitas delas não são facilmente quantificáveis”. (THYWISSEN, 2006, p. 37, tradução nossa).

Busso (2001) trata da vulnerabilidade como um processo multidimensional pois afeta indivíduos, grupos e comunidades em níveis diversos de bem-estar, desde temas econômicos, ambientais, saúde física e mental dos indivíduos, e mais recentemente sendo consideradas questões de vulnerabilidade social, psicossocial, jurídica, política, cultural, demográfica, dentre outros. Sob ângulo semelhante, Aragão (2011), considera a existência, não de uma vulnerabilidade, mas sim de várias vulnerabilidades sociais, sendo estas geralmente cumulativas, e não incomum, a ocorrência simultânea de vários tipos de vulnerabilidade social, acometendo a mesma pessoa, família ou comunidade, conhecida como multivulnerabilidade, fenômeno classificado pelo autor como “inferioridade social”, em virtude do grau de fragilidade a que o sujeito fica exposto.

As vulnerabilidades sociais que estamos aqui a considerar são: vulnerabilidades etárias (pessoas idosas ou crianças muito novas), vulnerabilidades sociais *stricto sensu* (pessoas sós, sem família nem redes sociais ou, no outro extremo, famílias muito numerosas), vulnerabilidades econômicas (desempregados, pessoas com rendimentos muito baixos e que não tenham meios sucedâneos de sobrevivência, como meios de transporte próprio, segunda habitação, seguros ou acesso a recursos agropecuários), vulnerabilidades pessoais (pessoas doentes, deficientes), vulnerabilidades culturais (analfabetos, pessoas com escolaridade baixa, minorias linguísticas, info-excluídos) e vulnerabilidades resultantes de exclusão social (imigrantes, minorias étnicas). (ARAGÃO, 2011, p. 11)

Considerando-se o que foi dito até aqui sobre as dimensões da competência em informação e, considerando-se que a vulnerabilidade social trata de um processo multidimensional, cujas dimensões têm aspecto qualitativo, podemos resumir as principais características das dimensões da vulnerabilidade

social, em conexão com as dimensões da competência em informação. O quadro 2, apresenta essa tentativa de aproximação.

Quadro 2 - Resumo das características das dimensões da vulnerabilidade social

<p>Dimensões com características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- meios para a superação dos efeitos de um acidente ou meios para a recuperação do equilíbrio de vida (ARAGÃO, 2011)- conhecimento das capacidades individuais (ARAGÃO, 2011)
<p>Dimensões com características estéticas:</p> <ul style="list-style-type: none">- informação para a tomada de decisão quanto a previsão de risco, dano ou perigo (THYWISSEN, 2006)- aproveitamento das estruturas de oportunidades de acesso ao bem-estar (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006)
<p>Dimensões com características éticas:</p> <ul style="list-style-type: none">- desenvolvimento de uma consciência cívica (ARAGÃO, 2011)- conhecimento das capacidades de autoproteção e a resiliência (ARAGÃO, 2011)- processo que envolve questões ligadas à defesa dos direitos de cidadania (AYRES et al., 1999)
<p>Dimensões com características políticas:</p> <ul style="list-style-type: none">- dimensão física (ambiente construído), social, econômico, ambiental, institucional e humano (THYWISSEN, 2006)- processo que envolve temas econômicos, ambientais, saúde física e mental dos indivíduos (BUSSO, 2001)- processo que envolve questões de ordem psicossocial, jurídica, política, cultural, demográfica (BUSSO, 2001)- conhecimento das capacidades coletivas não limitando-se ao conhecimento das necessidades individuais de proteção (ARAGÃO, 2011)

Fonte: dados obtidos na pesquisa (BRITO, 2019)

Pode-se constatar, por meio do quadro 2, elementos que se associam às dimensões da competência em informação, o que encaminha alguns questionamentos: em que medida – ainda que subjetiva – a competência em informação apresenta potencial para minimizar a vulnerabilidade social? Há na competência em informação um potencial transformador para que efeitos nocivos e de risco que se apresentam na vulnerabilidade social possam ser percebidos pelas pessoas e grupos vulneráveis pela via da educação para a informação? Nós acreditamos que sim. O tópico seguinte traz algumas considerações sobre possíveis aproximações e algumas respostas, ainda que iniciais.

6 DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: aproximações

Compreendendo a competência em informação com potencial de minimizar vulnerabilidades sociais, e de que os estudos envolvendo as vulnerabilidades sociais e a Ciência da Informação ainda se mostram escassos na literatura (VITORINO, 2018; RIGHETTO; VITORINO, 2018; RIGHETTO; VITORINO; MURIEL-TORRADO, 2018; LUCCA; VITORINO, 2013; GARCIA et al., 2017; LEAL et al., 2017, somente para citar alguns), considera-se que a via das dimensões da competência em informação pode ser um dos caminhos a seguir.

É nesta ótica que Marandola Junior e Hogan (2006) discorrem sobre a necessidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre a vulnerabilidade, seja por meio de esforços isolados ou coletivos, para que a complexidade que envolve as relações no âmbito desta temática seja desvendada ou melhor compreendida. Sob ponto de vista desses autores, o diálogo interdisciplinar deve ser o caminho para a reflexão sobre a multidimensionalidade da vulnerabilidade, já que raramente fenômenos envolvendo riscos limitam-se a ambientes biofísicos. Envolvem questões temporais, psicológicas, culturais, dentre outras. Para os autores, ainda que sendo definidos os perigos a serem investigados e a vulnerabilidade a eles, “[...] durante o seu desenvolvimento haverá oportunidade de descobrir outros elementos que interferem no desenho da vulnerabilidade daquela população, sociedade ou lugar.” (MARANDOLA JUNIOR; HOGAN, 2006, p. 37).

Vitorino (2018), por exemplo, considera a vulnerabilidade em informação, e tem realizado estudos e pesquisas no sentido de propor uma aproximação, e sobretudo uma conexão, entre a competência em informação e a vulnerabilidade, trazendo um conceito para a “vulnerabilidade em informação”, visto a competência em informação apresentar potencial para fazer evoluir e incrementar esta metacompetência nas pessoas “[...] a fim de minimizar os efeitos perversos dos riscos e danos aos quais estão sujeitas no que se refere ao acesso à informação.” (VITORINO, 2018, p. 74).

Assim, a autora propõe um conceito inicial para a vulnerabilidade em informação:

[...] a vulnerabilidade em informação é um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação. (VITORINO, 2018, p. 82).

Sob este ângulo, compreender as dimensões da competência em informação por meio de suas dimensões, técnica, estética, ética e política (VITORINO; PIANTOLA, 2011), auxilia os profissionais da informação, no sentido de melhor desenvolvê-la em contextos específicos e de minimizar a vulnerabilidade nas pessoas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbra-se, de acordo com os objetivos propostos neste trabalho possibilidades de reverter ou minimizar a vulnerabilidade social, em especial a vulnerabilidade em informação, considerando o desenvolvimento da competência em informação em suas múltiplas dimensões.

Compreendendo contextos de vulnerabilidade específicos, entende-se ser viável, propiciar aos indivíduos o exercício da cidadania e seu pleno desenvolvimento, sua qualificação para o trabalho, a redução das desigualdades, dando-lhes uma “chance” efetiva na Sociedade da Informação.

O profissional da informação, atendendo às declarações, manifestos e aos preceitos da Agenda 2030 da ONU - que leva em conta o aprendizado ao longo da vida, diretamente relacionado com o desenvolvimento da competência em informação - pode e deve, abraçar o compromisso para a sua expansão, abrangendo pessoas ou comunidades que encontram-se em situação de vulnerabilidade. O compromisso e engajamento desses profissionais, no sentido de compreender as forças motrizes que aumentam ou diminuem a vulnerabilidade em informação poderá facilitar uma realidade com programas e políticas instituídas em favor da competência em informação, sistematizando-a como processo essencial dentro dos contextos educacionais, formais ou não formais.

Compreende-se que o desenvolvimento da competência em informação, apresenta potencial de minimizar vulnerabilidades múltiplas, e, em específico, a vulnerabilidade em informação. Resolvê-la, ou ao menos minimizá-la, amplia o acesso das pessoas a novas possibilidades sociais, profissionais e até mesmo, pessoais, devolvendo-lhes a condição de cidadania, pertencimento ao mundo, e empoderando-as.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS (AASL); ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY (AECT).

Media programs : district and school. Chicago: ALA, 1975. 128 p.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS (AASL); ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY (AECT).

Information power: guidelines for school libraries media programs. Chicago: ALA; Washington, D.C., 1988. Disponível em <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED315028.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

ARAGÃO. A. Prevenção de riscos na União Europeia: o dever de tomar em consideração a vulnerabilidade social para uma protecção civil eficaz e justa.

Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 93. Quadrimestral, 2011. Disponível em: <http://rccs.revues.org/174>. Acesso em: 26 fev. 2019.

AYRES, J. R. C. M et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA. R. M; PARKER, R. (Org.). **Sexualidade pelo avesso**: direitos, identidade e poder. Ed. 34, 1999.

BELLUZZO. R. C. B.; KOBAYASHI, M. C. M.; FERES, G. G. Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 81-99, dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1004/1019>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BELLUZZO, R. C. B.; ROSETTO, M.; FERES, G. G. A competência em informação (CoInfo) como um recurso didático pedagógico e institucional: o website labirinto do saber como fonte de informação, de pesquisas e práticas. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: UFAM, 2016.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A Competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995/pdf_21. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRITO, T. R. **As dimensões da competência em informação no projeto Luces para Aprender da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) na perspectiva da vulnerabilidade social**. 2019. 341 p. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BRUCE, C. S. Las siete caras de la alfabetización em información em la enseñanza superior. **Anales de documentación**, n. 6, p. 289-294, 2003. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3761/3661>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRUCE, C. S.; HUGHES, H.; SOMERVILLE, M. M. Supporting Informed Learners in the Twenty-first Century. *Library Trends*, v. 60, n. 3, p. 522-545, inverno 2012. Disponível em: <https://muse-jhu-edu.ez46.periodicos.capes.gov.br/article/470397/pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BUCKLAND, M. K. What Kind of Science can Information Science Be? **Journal of Information Science and Technology**, v. 63, n. 1, p. 1-10, jan. 2012. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21656/full>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo xxi. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2001, Santiago de Chile. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/8283/Gbusso.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1028>. Acesso em: 24 fev. 2019.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspect. ciênc. inf.** Belo Horizonte, vol.12 n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012. Acesso em: 24 fev. 2019.

CARMO, A. V. F. Competência informacional desenvolvida em analfabetos e semi analfabetos do conjunto Bárbara de Alencar II Curió Messejana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 27, 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2017.

CARTA de Marília. In: III Seminário de competência em informação: cenários e tendências. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso em: 24 fev. 2019.

CASALI, A. Introdução. In: KROHLING, A. **Direitos humanos fundamentais: diálogo intercultural e democracia**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 19-27.

COUTO, E. S.; OLIVEIRA, M. C.; ANJOS, R. M. P. Leitura e escrita on-line. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. L. (Orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: Edufba, 2011. p. 145-162.

CUTTER, S. L.; MITCHELL, J. T.; SCOTT, M. S. Revealing the vulnerability of people and places: a case study of Georgetown County, South Carolina. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 90, n. 4, 2000, p. 713–737. Disponível em: <http://web.a-ebscohost.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=13ea6900-236a-4a48-b8df-9aea9f6ef204%40sessionmgr4010>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DELORS, J. Education: the necessary utopia. In: UNESCO. **Learning: the treasure within: report to UNESCO of the international commission on education for the twenty – first century: highlights**. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590eo.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. Brasília: MTE, 2007. 31 p. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

DUDZIAK, E. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2019.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 24 fev. 2019.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Rev. Bras. Bibl. e Doc.**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jun./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675/577>. Acesso em: 24 fev. 2019.

ELMBORG, James. Critical information literacy: implications for instructional practice. **Journal of Academic Librarianship**, v. 32, n. 2, p. 192–199, March 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com.ez46.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0099133305001898>. Acesso em: 27 fev. 2019.

FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-16, jun. 2015. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/436/389>. Acesso em: 01 mar. 2019.

GALLOTTI, M. M. C. A importância do Information Literacy frente aos novos paradigmas de informação. **Prisma.com**. Porto, n. 22, Especial (ICPD), p. 1-24, 2014. Disponível em: http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/2807/pdf_5. Acesso em: 10 maio 2018.

GARCIA, T. K. et al. Os temas “vulnerabilidade” e “vulnerabilidade em informação” no busacor Google. **Rev. Bras. Bibl. Doc.**, v. 13, n. esp. CBBB 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/818/654>. Acesso em: 28 abr. 2019.

GÓMEZ SÁNCHEZ, Y. Estado constitucional y protección internacional. In: GÓMEZ SÁNCHEZ, Y. (Coord.). **Pasado, presente y futuro de los derechos humanos**. México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2004. p. 231-280. Disponível em: http://200.33.14.34:1033/archivos/pdfs/DH_18.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

HIGH-LEVEL Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/high-level-colloquium-2005.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

HOFER, R. P. **Vulnerabilidad social en el América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/31258/S9900654_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 mar. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Access and opportunity for all: how libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda**. Haia, 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/librariesdevelopment/documents/access_and_opportunity_for_all.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Lyon Declaration on Access to Information and Development**. Haia, 2014. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Moscow Declaration on Media and Information Literacy**. Moscou, 2012. Disponível em:

<http://www.ifla.org/publications/moscow-declarationon-media-and-information-literacy>. Acesso em: 22 fev. 2019.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>. Acesso em: 26 fev. 2019.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO, *Uruguai*, n. 4, p. 1-31, 2006. Serie Documentos de Trabajo del IPES / Colección Aportes Conceptuales. Disponível em: https://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/dcsp/normas_bien_publico_privado.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

LEAL, M. L. et al. O tema “vulnerabilidade” no portal BU-UFSC: subsídios para a construção de um conceito de vulnerabilidade em informação no âmbito da competência em informação. **Rev. Bras. Bibl. Doc.**, v. 13, n. esp. CBBB, p. 53-80, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/816/652>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação** . Brasília : Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. O desenvolvimento da Competência Informacional nos idosos a partir das necessidades informacionais desses indivíduos. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-16.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: II SEMINÁRIO “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS”, 2013, Florianópolis. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

MARANDOLA JUNIOR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf. Acesso em: 26 fev. 2019.

PEREIRA, R. **Desenvolvendo a competência em informação**: resultados da prática no ensino fundamental. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 184 p.

PERUCCHI, V.; SOUSA, B. A. Competência informacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba IFPB: um estudo do projeto pedagógico. **Inf. Inf.** , Londrina, PR, v. 16, n.1, p. 21 35, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6539/8476> . Acesso em: 29 fev. 2019.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina, Paraná. **Anais...** Londrina: UEMS, 2018. p. 1558-1575. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1011/1509>. Acesso em: 16 nov. 2018.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, H. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 28, n.1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/34735/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 24 fev. 2019.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10 ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. 488 p.

SILVEIRA, H. F. R. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3>. Acesso em: 24 fev. 2019.

STERNGOLD, A. H.; HURLBERT, J. M. Information literacy and the marketing curriculum: a multidimensional definition and practical application. **Journal of Marketing Education**, v. 20, n. 3, p. 244-249, dez. 1998. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/027347539802000308>. Acesso em: 05 mar. 2019.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 231 p. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

THYWISSEN, K. **Components of risk**: a comparative glossary. Alemanha: UNU-EHS, 2006. Disponível em: <http://collections.unu.edu/eserv/unu:1869/pdf4042.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNITED NATIONS (ONU). **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em 22 fev. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaratoria de Lima**. Taller de Alfabetización

Informacional: formando a los Formadores. Lima, Peru, 2009. Disponível em: <http://taller.pucp.edu.pe/alfabetizacion/#declaracion>. Acesso em: 22 fe. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). **National Information Literacy Awareness Month, 2009**: by the President of The United States of America [Barack Obama]: a proclamation. 2009. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/FR-2009-10-07/pdf/E9-24290.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VITORINO, E. V. Análise dimensional da competência em informação: bases teóricas e conceituais para reflexão. **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 421-440, jul./ dez. 2016. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/16051/13702. Acesso em: 27 fev. 2019.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.47 n.2, p.71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794>. Acesso em:

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236/1414>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da Competência informacional. **Ci Inf.**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1918/1397>. Acesso em: 24 fev 2019.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED100391.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.